



Aprovado, na Câmara, o PDC que susta a CGPAR 23

Vitória para todos os trabalhadores das estatais. Após intensas mobilização do Comando Nacional dos Bancários e dos sindicatos, a Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (13) o Projeto de Decreto Legislativo 956/18, da deputada **Erika Kokay (PT-DF)**, que suspende os efeitos da Resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR). Foram 365 votos favoráveis e 39 contrários. O texto

aprovado segue para o Senado.

Pela CGPAR 23, planos como Saúde Caixa, Cassi e CAMED, teriam os custos elevados, inviabilizando a permanência dos empregados, além de acabar com os planos para aposentados e novos funcionários dos bancos públicos.

Agora, a pressão é sobre o Senado. O movimento sindical vai continuar mobilizado para conseguir a aprovação do projeto também pelos senadores. Mais detalhes da aprovação do projeto na Câmara no site do sindicato.

Luta pela vacinação continua

O Comando Nacional dos Bancários continua com os esforços para garantir vacinação prioritária para todos os bancários. A luta, que começou há muito tempo, conquistou – na semana passada – o anúncio do Ministério da Saúde da inclusão da categoria bancária entre as prioridades do Plano Nacional de Imunização (PNI) contra a Covid-19. Mas, apesar do compromisso do Ministro da Saúde de emitir nota técnica até a última sexta-feira, até agora nada. Estamos cobrando o compromisso.

DOURADOS E REGIÃO – O Sindicato dos Bancários de Dourados e Região também continua

cobrando os municípios para que priorizem a vacinação dos bancários, visto que além do compromisso do ministro, no início deste mês, em decisão tomada pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB), a Secretaria de Saúde do MS, abriu a possibilidade da categoria bancária ser vacinada no Estado.

Conforme levantamento feito pelo Diretor de Saúde do Sindicato, Janes Estigarribia, em atendimento a nossa solicitação vários municípios da base de Dourados já vacinaram os bancários, mas enquanto houver um único bancário sem o imunizante no braço continuaremos com as cobranças.

Reforma trabalhista só trouxe prejuízos

Longe de cumprir as promessas de 4 anos atrás, quando foi sancionada, a reforma trabalhista do governo Temer acentuou as desigualdades inerentes às relações de trabalho e à precarização do direito. Ao invés de gerar os 2 milhões de empregos, uma das medidas mais nefastas da política ultraliberal colaborou para o Brasil ultrapassar a marca de 14,8 milhões de desempregados.

Também não houve melhora na renda dos trabalhadores e nem segurança jurídica. O que aumentou foi a precarização e desequilíbrio nas negociações entre empregadores e funcionários.

Com a nova lei, os acordos podem eliminar direitos e pontos básicos da legislação, além de ter aumentado o número de informais e de MEIs (Microempreendedores Individuais).

O fim da obrigatoriedade da contribuição sindical e o enfraquecimento das entidades através da priorização da negociação individual e a não obrigatoriedade da participação dos sindicatos na homologação das demissões são outros prejuízos aos trabalhadores.

Campanha contra exploração no Bradesco

Demissões em massa, aumento das metas, assédio moral, insegurança nas agências de negócios. A rotina do funcionário do Bradesco está pesada. Difícil manter a saúde mental com tantos problemas. Diante da realidade, bancários de todo o país fazem uma campanha nacional para denunciar a exploração. Para mostrar a sociedade a falta de compromisso do banco com o país, justamente no momento de crise sanitária, os funcionários iniciaram, nesta terça-feira (13) a campanha com um tuitaço através da hashtag **#QueVergonhaBradesco**.

Só exploração

Mesmo diante da pandemia de Covid-19, o Bradesco apresentou lucro líquido de R\$ 6,5 bilhões no primeiro trimestre de 2021. Ainda assim, eliminou 8.600 postos de trabalho em 12 meses. O banco lucra alto, mas desliga bancários e assedia os que estão nas agências. Só exploração.

Prova de vida da Funcef

Segue até o dia 31 de julho a prova de vida para os participantes aposentados da Funcef nascidos neste mês. No caso dos pensionistas, devem ser consideradas a data de nascimento do titular do plano. Caso a prova de vida não seja realizada no período determinado, o benefício será suspenso após 90 dias, sendo retomado após realizar o procedimento. A Funcef reforça que o e-mail dos participantes é o principal meio de comunicação, e deve ser atualizado sempre que necessário.

Mais de 60 mil vidas salvas

No Brasil, levando em conta a faixa etária acima dos 60 anos, pelo menos 63 mil vidas já foram salvas devido à imunização contra a Covid-19. A situação poderia ser totalmente diferente se o governo Bolsonaro não tivesse recusado inúmeras vezes os imunizantes. Muitas outras vidas seriam salvas. O Brasil acumula quase 550 mil mortes pela Covid 19.